

Equívocos na saúde

Ao tentar desvincular os recursos da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) do Sistema Único de Saúde, o governo justificou que não se tratava de tirar dinheiro do setor, pois a Emenda Constitucional 29 estabelece o aumento progressivo dos gastos na área. Agora, um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) libera municípios, estados e a própria União a considerarem despesas com saúde o pagamento de dívidas, pensionistas e obras de saneamento básico. É uma rasteira na lei.

De tão simples, o jeitinho aplicado não faz jus à exigência de criatividade no enfrentamento da escassez de recursos feita pelo presidente a seus ministros. Apenas repassa para o ministério, junto com os gastos, recursos de outras áreas. Ou seja: não soma nada — já que o extra não irá para intervenções, remédios, compra de equipamentos e edificações de hospitais —, mas tenta (sem sucesso, ressalve-se) elevar o orçamento da pasta ao nível mínimo previsto pela Constituição.

Com a manobra, o Ministério da Saúde soma R\$ 3,57 bilhões do Fundo de Combate à Pobreza (destinados ao programa bolsa-alimentação e ao

Projeto Alvorada, de saneamento básico) aos R\$ 29 bilhões que teria para 2004. Mesmo com o reforço, contudo, estudo do Conselho Nacional de Saúde revela defasagem de R\$ 900 milhões em relação à exigência constitucional de crescimento anual dos investimentos no setor até que no próximo ano eles atinxissem 12% das receitas obtidas com a arrecadação de impostos.

Diante de reações contrárias, especialmente na bancada de 203 deputados e 19 senadores ligados à área médica, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, se comprometeu com a edição de projeto de lei pelo governo vinculando os recursos de volta à saúde. Cabe ao Congresso manter-se vigilante e promover a correção de rumo caso o Executivo não cuide de fazê-la.

Esperava-se prioridade para a saúde. Em vez disso, já são cinco equívocos de grande repercussão em apenas oito meses. Além dessa mais recente e da tentativa de desvincular a CPMF, registre-se a politização no preenchimento de cargos de chefia na Fundação Nacional da Saúde (Funasa), a falta de remédios essenciais no Instituto Nacional do Câncer e a atual crise na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com a renúncia de nove dos dez integrantes da Câmara Técnica de Medicamentos (Cateme).